



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDICOM completou 28 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar e atender as demandas financeiras dos seus cooperados com excelência e profissionalismo, com destaque para a concessão de crédito, onde vem atuando com eficiência e eficácia, conforme reconhecido pelos seus cooperados.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDICOM obteve um resultado líquido de R\$ 65.382 mil representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,79%. Desse montante, R\$ 8.964 mil foram destinados ao pagamento de juros ao capital social integralizado pelos cooperados.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 1.549.640 mil. Por sua vez a carteira de crédito representava R\$ 1.855.504 mil.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída (em mil):

Empréstimos.....	R\$ 1.726.587	93,05%
Financiamentos.....	R\$ 60.794	3,28%
Financiamentos Rurais e Agroindustriais.....	R\$ 60.096	3,24%
Títulos Descontados.....	R\$ 8.027	0,43%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 35,83% da carteira, no montante de R\$ 664.686 mil.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 2.994.665 mil, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 23,22%.

As captações encontravam-se assim distribuídas (em mil):

Depósitos à Vista.....	R\$ 618.051	20,64%
Depósitos a prazo.....	R\$ 2.376.614	79,36%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 18,37% da captação, no montante de R\$ 550.056 mil.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICOM em 31/12/2020 era de R\$ 475.704 mil. O quadro de associados era composto por 62.172 cooperados, havendo um acréscimo de 8,56% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos conforme definido em política de crédito devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e validada pelo Banco Central do Brasil, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICOM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados (no nosso caso representado pelos Delegados eleitos), o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui uma estrutura de Controles Internos, composta por um gerente, cinco analistas e um assistente, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, com muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regimento da Diretoria Executiva, o Código de Conduta, e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, sendo que o atual conselho foi eleito na AGO de abril/2020, com mandato até a homologação da AGO de 2021 pelo Banco Central do Brasil, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus Balançetes mensais e seu Balanço Patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG ou OCEMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICOM aderiram, por meio de compromisso firmado e registrado digitalmente, ao Código de Ética e de Conduta Proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor que atua em uma estrutura centralizada. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de

nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, o Agente de Apoio do SICOOB CREDICOM registrou 163 (cento e sessenta e três) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 163 reclamações, 56 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabeleça a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte - MG, 23 de março de 2021.

Diretoria Executiva

Dra. Cátia Costa Carvalho Rabelo - Diretora Administrativa

Dr. Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo - Diretor Financeiro

Dr. Josemar de Almeida Moura - Diretor Comercial

Dr. Paulo César Gomes Guerra - Diretor de Expansão

Conselho de Administração

Dr. Garibaldi Morozza Júnior - Presidente

Dr. João Augusto Oliveira Fernandes - Vice-presidente

Dr. Cecil Bruno Buldrini Filogonio

Dr. Eduardo Antônio Vilaça Duarte

Dr. Elson Correa de Melo

Dr. Guilherme Lacerda de Almeida

Dr. João Tadeu Leite dos Reis

Dra. Maria Inês de Miranda Lima

Dr. Osvaldo Cruz Júnior

Dr. Rômulo Augusto Pinheiro

Dr. Victor Hugo Lisboa Lopes Rodrigues

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais									
Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019		
ATIVO		3.693.645	3.009.055	PASSIVO		3.182.368	2.557.052		
Circulante		2.311.411	2.016.538	Circulante		3.103.979	2.539.997		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.558.116	1.642.533	Depósitos	14	2.975.409	2.430.351		
Disponibilidades		8.476	9.430	Depósitos à Vista		618.051	413.266		
Centralização Financeira - Cooperativas	7	1.549.640	1.633.103	Depósitos Sob Aviso		30.094	31.361		
Instrumentos Financeiros		202.472	583	Depósitos a Prazo		2.327.264	1.985.724		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	583	583	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	77.267	63.349		
Títulos e Valores Mobiliários	6	201.889	-	Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		52.264	63.349		
Operações de Crédito	8	544.769	363.964	Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		25.003	-		
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		504.811	335.620	Relações Interfinanceiras	16	4.077	2.657		
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(15.585)	(12.983)	Repasse Interfinanceiros		4.077	2.657		
Financiamentos		27.289	27.913	Relações Interdependências	17	7.009	8.484		
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(668)	(717)	Recursos em Trânsito de Terceiros		7.009	8.484		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		29.495	14.276	Outras Obrigações	18	40.217	35.156		
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(573)	(145)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5	264		
Outros Créditos	9	5.215	8.496	Sociais e Estatutárias	18.1	18.748	17.750		
Créditos por Avals e Fianças Honradas		742	830	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	18.2	2.140	2.205		
Rendas a Receber		4.194	7.614	Diversas	18.3	19.324	14.937		
Diversos		949	732	Não Circulante		78.389	17.055		
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(670)	(680)	Depósitos	14	19.255	-		
Outros Valores e Bens	10	839	962	Depósitos a Prazo		19.255	-		
Outros Valores e Bens		54	962	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	42.462	-		
Despesas Antecipadas		785	962	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		42.462	-		
Não Circulante		1.382.234	992.517	Relações Interfinanceiras	16	2.814	3.617		
Realizável a Longo Prazo		1.310.958	930.707	Repasse Interfinanceiros		2.814	3.617		
Instrumentos Financeiros		29.974	-	Outras Obrigações	18	13.858	13.438		
Títulos e Valores Mobiliários	6	29.974	-	Diversas	18.3	32	23		
Operações de Crédito	8	1.265.315	915.735	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	18.3	13.826	13.415		
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.229.803	892.282						
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(27.604)	(21.464)						
Financiamentos		33.505	37.266						
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(795)	(823)						
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		30.601	8.550						
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(195)	(76)						
Outros Créditos	9	15.494	14.349						
Rendas a Receber		206							
Devedores por Depósitos em Garantia		13.445	13.070						
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		1.843	1.279						
Outros Valores e Bens	10	175	623						
Despesas Antecipadas		175	623						
Permanente		71.276	61.810	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	511.277	452.003		
Investimentos	11	56.989	47.688	Capital Social	20.a	344.295	318.508		
Participação em Cooperativa Central de Crédito		45.500	36.813	De Domiciliados No País		345.538	319.504		
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		9.420	8.806	(-) Capital a Realizar		(1.243)	(996)		
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		27	27	Reserva de Sobras	20.b	51.264	38.327		
Outras Participações		2.042	2.042	Sobras ou Perdas Acumuladas		115.718	95.168		
Imobilizado de Uso	12	13.728	13.656						
Imobilizado de Uso		27.684	24.546						
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(13.956)	(10.890)						
Intangível	13	559	466						
Ativos Intangíveis		4.774	4.272						
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(4.215)	(3.806)						
Total do Ativo		3.693.645	3.009.055	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.693.645	3.009.055		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
Eventos	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		261.963	(676)	23.560	-	83.278	368.125
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		-	-	9.241	48.200	(57.441)	-
Ao Capital		25.678	-	-	-	(25.678)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(159)	(159)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		22.903	(320)	-	-	-	22.583
Por Devolução (-)		(7.412)	-	-	-	-	(7.412)
Reversões de Reservas		-	-	-	(48.200)	48.200	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	73.097	73.097
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(16.727)	(16.727)
Juros ao Capital		16.576	-	-	-	-	16.576
IRRF sobre Juros ao Capital		(203)	-	-	-	-	(203)
FATES - Atos Não Cooperativos	21	-	-	-	-	(1.114)	(1.114)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	20.d	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	5.526	-	(5.526)	-
F A T E S		-	-	-	-	(2.763)	(2.763)
Saldo em 31/12/2019		319.505	(996)	38.327	-	95.168	452.003
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(2.700)	(2.700)
Outras Destinações		-	-	-	-	(300)	(300)
Constituição de Reservas		-	-	6.300	59.300	(65.600)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(26.038)	(26.038)
Ao Capital		354	-	-	-	(354)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(176)	(176)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		24.737	(247)	-	-	-	24.490
Por Devolução (-)		(7.905)	-	-	-	-	(7.905)
Estorno de Capital		(3)	-	-	-	-	(3)
Reversões de Reservas		-	-	-	(59.300)	59.300	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	75.338	75.338
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(8.964)	(8.964)
Juros ao Capital		8.884	-	-	-	-	8.884
IRRF sobre Juros ao Capital		(34)	-	-	-	-	(34)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	20.d	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	6.637	-	(6.637)	-
F A T E S		-	-	-	-	(3.319)	(3.319)
Saldo em 31/12/2020		345.538	(1.243)	51.264	-	115.718	511.276



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

Continuação...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou		Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão	Perdas Acumuladas		
Saldo em 30/06/2019		295.342	(824)	32.801	48.200	35.988		411.507
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	-	(48.200)	48.200	-	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		11.767	(172)	-	-	-	11.595	
Por Devolução (-)		(3.978)	-	-	-	-	(3.978)	
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	37.109	37.109	
Remuneração de Juros ao Capital:								
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(16.727)	(16.727)	
Juros ao Capital		16.576	-	-	-	-	16.576	
IRRF sobre Juros ao Capital		(203)	-	-	-	-	(203)	
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(1.114)	(1.114)	
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	20.d							
Fundo de Reserva		-	-	5.526	-	(5.526)	-	
FATES		-	-	(2.763)	-	(2.763)	-	
Saldo em 31/12/2019		319.504	(996)	38.327	-	95.168	452.003	
Saldo em 30/06/2020		327.796	(1.154)	38.327	-	133.508	498.477	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Ao FATES		-	-	-	-	(2.700)	(2.700)	
Outras Destinações		-	-	-	-	(300)	(300)	
Constituição de Reservas		-	-	6.300	59.300	(65.600)	-	
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(26.038)	(26.038)	
Ao Capital		354	-	-	-	(354)	-	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(176)	(176)	
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		12.732	(90)	-	-	-	12.642	
Por Devolução (-)		(4.192)	-	-	-	-	(4.192)	
Estorno de Capital		(3)	-	-	-	-	(3)	
Reversões de Reservas		-	-	-	(59.300)	59.300	-	
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	36.998	36.998	
Remuneração de Juros ao Capital:								
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(8.964)	(8.964)	
Juros ao Capital		8.884	-	-	-	-	8.884	
IRRF sobre Juros ao Capital		(34)	-	-	-	-	(34)	
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	20.d							
Fundo de Reserva		-	-	6.637	-	(6.637)	-	
FATES		-	-	(3.319)	-	(3.319)	-	
Saldo em 31/12/2020		345.537	(1.244)	51.264	-	115.718	511.276	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional
O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA., é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/08/1992, filiada à CCE CRED EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.
O SICOOB CREDICOM, sediada à Avenida do Contorno, 4265 Bairro São Lucas, Belo Horizonte - MG, possui 34 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades em MG: BARBACENA, BELO HORIZONTE, BETIM, CONSELHEIRO LAFAIETE, CONTAGEM, CORONEL FABRICIANO, DIVINÓPOLIS, IPATINGA, ITABIRA, JOÃO MONLEVADE, JUIZ DE FORA, MARIANA, MONTES CLAROS, NOVA LIMA, OURO PRETO, SÃO JOÃO DEL REI, TIMÓTEO e UBERLÂNDIA e em SP na cidade de SÃO PAULO.
O SICOOB CREDICOM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I - Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a sua produção e a sua produtividade;
- II - A formação educacional de seus associados, visando estimular o cooperativismo, com a difusão de informações técnicas que auxiliem no aprimoramento de sua produção e da sua qualidade de vida, pela prática da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- III - A prática, em conformidade com os normativos vigentes, das seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo - com ou sem emissão de certificado - e fundos de investimento, visando a preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos, obter empréstimos ou repasses de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;
- IV - Conceder créditos e prestar garantias, somente a cooperados;
- V - Contratar serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pelo SICOOB CREDICOM aos cooperados;
- VI - Prestar os seguintes serviços, além de outros, visando ao atendimento aos cooperados e aos não cooperados:

- a) Cobrança, custódia e recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, entidades públicas ou privadas;
- b) Correspondente no país, nos termos da regulamentação em vigor;
- c) Aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por esta última, inclusive os relativos a operações de câmbio;
- d) A instituições financeiras, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante, destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento sujeitos à legislação ou regulamentação específica, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos e;
- e) Distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas, observada, inclusive, a regulamentação aplicável editada pela CVM.
- VII - Participar do capital social de outras cooperativas, instituições financeiras e entidades, conforme legislação vigente;
- VIII - Realizar, conforme legislação vigente, qualquer outra operação que seja do interesse do SICOOB CREDICOM e de seus cooperados.

Parágrafo Único - Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 23/03/2021.
Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020. As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial no período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA, junto a seus associados, colaboradores e a comunidade está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliem no cumprimento da nossa missão:
Desde o início da pandemia, março de 2020, o SICOOB CREDICOM vem tomando todas as medidas cabíveis no sentido de preservar e assegurar a saúde das pessoas que atuam e interagem com a organização, sejam elas: funcionários, cooperados, fornecedores e prestadores de serviços. Os esforços do SICOOB CREDICOM, voltados ao cuidado com as pessoas em tempos de pandemia, têm se estendido além dos limites organizacionais, alcançando, inclusive, entidades filantrópicas e parceiros diversos.

Como já amplamente divulgado, a Cooperativa mantém, desde março de 2020, um plano de contingência elaborado especificamente para definir as ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Já ainda um comitê formado pela Diretoria, Superintendência e as áreas de Comunicação/Marketing e Assessoria Jurídica, o qual se reúne periodicamente para cumprir com suas atribuições, quais sejam:

- 1. Apoiar as medidas de prevenção emanadas pelos órgãos competentes, disseminando-as nos municípios em que a Cooperativa atua, sensibilizando os colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e cooperados da importância do cuidado neste momento de crise.
- 2. Definir diretrizes e providências a serem adotadas para evitar a propagação interna do Coronavírus, no âmbito da Cooperativa, assim como, concentrar medidas adequadas para minimizar os efeitos do vírus no cenário de crise mundial.
- 3. Direcionar todos os esforços e adotar as medidas cabíveis para minimizar possíveis impactos diante de casos de contaminação de colaboradores da Cooperativa.
- 4. Definir a estratégia de comunicação, assegurando que todo o público envolvido, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores, cooperados e sociedade em geral, sejam devidamente informados das ações e orientações da Cooperativa no enfrentamento da pandemia.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços aos associados ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, em prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabeleceram nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas de apropriação referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda,

quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	8.476	9.430
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	1.549.640	1.633.103
TOTAL	1.558.116	1.642.533

(a) Referem-se às operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 38.825 mil e R\$ 91.950 mil, respectivamente, com taxa média de 102% do CDI nos respectivos períodos.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Depósitos Interfinanceiros	583	583
TOTAL	583	583

Referem-se à aplicação financeira junto ao BANCOOB para suportar uma Carta de Fiança emitida em nome do SICOOB CREDICOM para contratação de aluguel do imóvel em São Paulo (PA Paulista).

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
CDI-POS-CDICE - BANCOOB	-	583	-	583
TOTAL	-	583	-	583

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019, respectivamente foram R\$ 16 mil e R\$ 45 mil.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	201.889	29.974	-	-
TOTAL	201.889	29.974	-	-

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras - CDI, custodiadas no BANCOOB, com remuneração entre 102,50% e 115,00% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	110.054	91.835	29.974	231.863
TOTAL	110.054	91.835	29.974	231.863

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários no exercício findo em 31/12/2020 foi de R\$ 5.028 mil.

7. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Centralização financeira - Cooperativas	1.549.640	1.633.103
TOTAL	1.549.640	1.633.103

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, de R\$ 38.825 mil e R\$ 91.950 mil, com taxa média de 102% do dos respectivos períodos.



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

Continuação...

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honorados (a)	742	-	830	-
Rendas a Receber (b)				
Serviços prestados a receber	1.217	-	1.239	-
Rendimento Centralização Financeira	2.611	-	6.322	-
Outras rendas a receber	366	206	53	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	214	-	135	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	23	-	12	-
Devedores por depósitos em garantia (c)	-	13.445	-	13.070
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (d)	-	1.843	-	1.279
Títulos e créditos a receber (e)	492	-	504	-
Devedores diversos – país (f)	220	-	81	-
(-) Provisões para outros créditos (Avais e Fianças)				
(-) Com características de concessão de crédito (g)	(670)	-	(680)	-
TOTAL	5.215	15.494	8.496	14.349

(a) **Avais e Fianças Honorados** representam os créditos honorados pela cooperativa decorrentes de operações inadimplentes com cartão de crédito de seus cooperados no total de R\$ 742 mil.

(b) Na rubrica **Rendas a Receber** estão registrados: rendas a receber de serviços prestados aos cooperados pelo recebimento de Convênios diversos no valor de R\$ 1.217 mil; o rendimento mensal sobre o saldo médio mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE em Dez/2020 no valor R\$ 2.611 mil e Outras Rendas a receber no valor de R\$ 572 mil (R\$ 366 mil no Circulante e R\$ 206 mil no Não Circulante).

(c) No grupo **Diversos - Devedores por Depósitos em Garantia** no valor de R\$ 13.445 mil estão registrados os depósitos judiciais para PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/trabalhista e processos fiscais na Receita Federal.

Os Depósitos Judiciais relativos aos processos trabalhistas montam o valor de R\$ 56 mil. Os depósitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Fiscais montam o valor de R\$ 13.389 mil, são atualizados mensalmente pela SELIC, em atendimento ao disposto no § do artigo 32º da Lei nº 6.830 de 22.09.1980. Considera-se, também, para a referida atualização, o que prevê na redação dada pela Medida Provisória 449/2008. Em contrapartida a cooperativa possui passivo constituído para suportar o montante acima.

Através da Lei nº 11.051, de 30 de dezembro de 2004, em seu artigo 30, as Cooperativas de Crédito ficaram dispensadas do recolhimento do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos. Desta forma a Cooperativa, a partir da competência dezembro de 2004, deixou de depositar judicialmente o valor da contribuição do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos, passando a recolher junto à Secretaria da Receita Federal as contribuições para o PIS e a COFINS apenas sobre os atos não cooperativos.

O SICOOB CREDICOM questiona judicialmente a legalidade destas contribuições, anteriores a dezembro de 2004, desta forma a mesma possui passivo constituído de PIS e COFINS, em 31/12/2020, no montante de R\$ 12.191 mil, tendo por garantia depósitos judiciais que totalizam o mesmo valor.

Além disso, questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 85. mil, oriundo do processo de incorporação do Sebracoop, e que também são atualizados mensalmente pela correção da taxa referencial – Selic.

A cooperativa possui também um processo judicial junto à Receita Federal, no valor de R\$ 43 mil, um processo junto ao INSS no valor de R\$ 88 mil e outro no valor de R\$ 127 mil na Receita Federal, sendo os dois últimos oriundos da incorporada Unicred BH. Ressaltamos que a cooperativa possui um passivo constituído no mesmo valor, tanto para o processo do IRPJ/CSLL do Sebracoop (R\$ 85 mil), quanto para os processos junto à Receita Federal e o INSS (R\$ 258 mil) que montam o total de R\$ 343 mil. Em março/2017 a cooperativa passou a recolher o PIS sobre a Folha de salários por meio de Depósito Judicial, com fundamento no art. 2º, § 1º da Lei 9.715/1998. Em 31/12/2020 os valores recolhidos montam R\$ 853 mil, possuindo passivo constituído no mesmo valor.

(d) Na rubrica **Ativos Fiscais Correntes e Diferidos** está registrado IRPJ e CSLL sobre Atos Não Cooperativos a compensar no valor de R\$ 1.843 mil.

(e) Na rubrica **Títulos e Créditos a Receber** estão registrados o montante de R\$ 492 mil referente a tarifas a receber dos cooperados.

(f) O grupo **Devedores Diversos** é composto pelas seguintes rubricas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pendências a Regularizar e Outros	207	74
Bancoob Pendências a Regularizar	13	7
Total	220	81

(g) Na rubrica **(-) Com características de concessão de crédito** refere-se ao provisionamento contábil no montante de R\$ 670 mil em 31/12/2020 para suportar os Créditos de Liquidação Duvidosa dos Avais e Fianças Honorados citados no item “a”. A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa de Honras e Avais foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honorados	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
E	30%	Normal	0	0	0	1	(1)
E	30%	Vencidas	42	42	(13)	179	(54)
F	50%	Vencidas	52	52	(26)	39	(20)
G	70%	Vencidas	56	56	(39)	16	(10)
H	100%	Vencidas	592	592	(592)	595	(595)
Total Geral			742	742	(670)	830	(680)
Provisões			(670)	(670)		(680)	
Total Líquido			72	72		150	

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	54	-	-	-
Despesas Antecipadas (b)	785	175	962	623
TOTAL	839	175	962	623

(a) Em **Bens Não de Uso Próprio** está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

(b) Na rubrica **Despesas Antecipadas** está registrado o montante de R\$ 960 mil referente a: 1) Prêmios de Seguros a reconhecer pelo regime da competência (R\$ 70 mil); 2) Vale Transporte, Vale Refeição e Alimentação a reconhecer (R\$ 440 mil); 3) Plano de Saúde e Fornecedores (R\$ 215 mil); 4) Aluguel Antecipado do PA Sempêr, a reconhecer conforme prazo contratual no valor de R\$ 235 mil (sendo R\$ 175 mil no Longo Prazo).

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	45.500	36.813
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	9.420	8.806
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito (c)	27	27
Outras Participações (d)	2.042	2.042
Outros Investimentos	-	-
TOTAL	56.989	47.688

(a) Referem-se a cotas de capital no Sicoob Central Cecremge, avaliados pelo método de custo de aquisição.

(b) Referem-se a ações do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil, avaliados pelo método de custo de aquisição.

(c) Referem-se a cotas de capital na Fencom – Federação Nacional das Cooperativas Médicas;

(d) Referem-se a ações na Unimed Participações e cotas de capital na Confebras – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		649	403
Instalações	10% a 50%	11.217	10.284
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(5.014)	(2.839)
Terenos		407	407
Edificações	4%	2.420	2.420
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.228)	(1.131)
Benefitorias em Imóveis de Terceiros		1.456	-
(-) Benefitorias em Imóveis de Terceiros		(137)	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	4.448	4.108
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.357)	(2.085)
Sistema de Processamento de Dados	20%	6.693	6.074
Sistema de Segurança	10%	394	850
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(5.220)	(4.835)
TOTAL		13.728	13.856

As **Imobilizações em curso** serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas de processamento de dados (a)	2.926	-
Sistemas de comunicação e de segurança (b)	464	-
Licenças e direitos autorais e de uso (c)	1.384	-
Outros Ativos Intangíveis	-	4.272
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(4.215)	(3.806)
TOTAL	559	466

(a) O valor registrado na rubrica “Sistemas de Processamento de Dados”, refere-se a programas operacionais da Cooperativa.

(b) O valor registrado na rubrica “Sistema de comunicação e de segurança”, refere-se à Sistema de Vigilância da Cooperativa.

(c) O valor registrado na rubrica “Licenças e direitos autorais e de uso”, refere-se a 35 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob – SISBR, adquiridas entre agosto de 2009 e abril de 2013, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central Cecremge cedeu exclusivamente das suas filiais (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação.

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*Pro rata temporis*”, já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020		Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
	Circulante	Não Circulante		Circulante	
Depósito à Vista	618.051	-	-	413.266	-
Depósito Sob Aviso	30.094	-	0,23	31.361	0,34
Depósito a Prazo	2.327.264	19.255	0,22	1.985.724	0,35
TOTAL	2.975.409	19.255		2.430.351	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	108.229	4,00%	66.894	3,00%
10 Maiores Depositantes	425.841	14,00%	304.822	13,00%
50 Maiores Depositantes	756.333	25,00%	578.866	24,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(300)	(841)	(875)	(1.863)
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.848)	(54.396)	(50.641)	(102.544)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(774)	(1.881)	(1.299)	(2.221)
Despesas de Letras De Crédito do Imobiliário	(74)	(74)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(2.166)	(4.034)	(1.756)	(3.373)
TOTAL	(24.161)	(61.227)	(54.571)	(110.001)

15. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média (% a.m.)*	2º sem/19	2019	Taxa média (% a.m.)
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(774)	(1.881)	0,21	(1.299)	(2.221)	0,48
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(74)	(74)	0,13	-	-	-

*Operações de LCI iniciaram em agosto de 2020

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo SICOOB CREDICOM possuem remuneração entre 82% e 100% do CDI, com prazos de vencimentos de até 22/06/2022, com prazo mínimo de carência de 90 dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

As Letras de Crédito do Imobiliário – LCI emitidas pelo SICOOB CREDICOM possuem remuneração entre 82% e 100% do CDI, com prazos de vencimentos de até 23/06/2022, com prazo mínimo de carência de 90 dias.

16. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	4.266	3.080	2.818	4.070
(-) Despesas a apropriar Bancoob	(189)	(266)	(161)	(453)
TOTAL	4.077	2.814	2.657	3.617

As despesas com operações de Repasses resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 580 mil com o título de “Operações de Empréstimos e Repasses” na DSP - Demonstração de Sobras ou Perdas.

17. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ordens de Pagamento (a)			6.825	8.313
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (b)			184	171
TOTAL			7.009	8.484

(a) Essa rubrica **Ordens de Pagamento** referem-se a cheques administrativos emitidos pela cooperativa a pedido dos cooperados e ordens de pagamento de proventos a não cooperados pendentes de pagamento.

(b) Referem-se a convênios recebidos dos cooperados e repassados posteriormente às empresas conveniadas (Liberty Seguros, Mapfre etc.).

18. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5	-	264	-
Sociais e Estatutárias	18.748	-	17.750	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2.140	-	2.205	-
Diversas	19.324	13.858	14.937	13.438
TOTAL	40.217	13.858	35.156	13.438

18.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros (a)			2.700	2.500
Resultado de Atos com associados (b)			3.546	2.811
Resultado de Atos com não associados (c)			6.506	6.506
Cotas de Capital a Pagar (d)			5.996	5.933
TOTAL			18.748	17.750

(a) Refere-se à provisão para pagamento aos funcionários da Participação nos Resultados exercício 2020. (b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, obedecendo ao que prevê em seu Regulamento, sendo anualmente constituído de 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores no Passivo segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

(c) Em atendimento ao disposto no artigo 87 da Lei 5.764/71 a cooperativa apura os atos com não cooperados e transfere para o FATES;

(d) Refere-se ao saldo de Cotas de Capital Social de ex-associados a pagar em função de seu desligamento da cooperativa.

18.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	159	160
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.296	1.286
Outros	684	759
TOTAL	2.140	2.205

18.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos (a)	1	-	6	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	3.681	-	3.414	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	10.127	-	6.278	-
Provisão para Passivos Contingentes (d)	-	13.826	-	13.415
Provisão para Garantias Financeiras				
Prestadas (e)	2.452	32	2.155	23
Credores Diversos – País (f)	3.063	-	3.083	-
TOTAL	19.324	13.858	14.937	13.438

(a) Referem-se a cheques administrativos emitidos pela própria cooperativa, porém não compensados até a data-base de 31/12/2020;

(b) Referem-se a saldos de conta-salário ativas na cooperativa;

(c) Registram-se as provisões de férias e seus respectivos encargos sociais (R\$ 3.813 mil); Comissão de consórcio a pagar aos funcionários; Pagamentos a Fornecedores Diversos (R\$ 178 mil); Provisão de Despesas Administrativas (R\$ 6.136 mil);

(d) Provisão constituída considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	2.136	2.136	2.116	2.116
COFINS (a)	10.056	10.056	9.962	9.962
Outros Passivos (b)	258	258	254	254
IRPJ e CSLL	85	85	84	84
Trabalhistas	417	56	399	55
PIS Folha	854	854	599	599
Cíveis	21	-	-	-
Total	13.826	13.445	13.415	13.070



SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - CNPJ/MF - 42.898.825/0001-15

Continuação...

26. Rendas de tarifas bancárias				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.020	2.057	1.024	2.047
Rendas de Serviços Prioritários - PF	989	2.053	1.399	2.651
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	119	193	114	162
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.773	5.391	2.470	4.688
TOTAL	4.901	9.693	5.007	9.547

27. Despesas de pessoal				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(240)	(476)	(271)	(544)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(841)	(1.681)	(850)	(1.690)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(3.713)	(7.576)	(3.681)	(7.229)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.944)	(7.823)	(3.771)	(7.396)
Despesas de Pessoal – Proventos	(12.477)	(24.774)	(12.028)	(23.307)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(52)	(120)	(11)	(94)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(8)	(15)	(8)	(12)
TOTAL	(21.276)	(42.466)	(20.619)	(40.272)

28. Outros dispêndios administrativos				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(355)	(753)	(430)	(882)
Despesas de Aluguéis	(3.336)	(6.296)	(2.705)	(5.353)
Despesas de Comunicações	(1.501)	(2.987)	(1.473)	(2.947)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(338)	(620)	(381)	(643)
Despesas de Material	(145)	(299)	(193)	(362)
Despesas de Processamento de Dados	(1.695)	(4.111)	(3.470)	(6.466)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(343)	(719)	(727)	(1.458)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(237)	(473)	(259)	(640)
Despesas de Seguros	(142)	(289)	(153)	(301)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.082)	(10.252)	(5.300)	(10.114)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.263)	(2.554)	(1.427)	(2.822)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.794)	(3.588)	(1.628)	(3.220)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(779)	(1.725)	(1.665)	(3.197)
Despesas de Transporte	(513)	(1.065)	(697)	(1.318)
Despesas de Viagem no País	(222)	(427)	(353)	(799)
Despesas de Amortização	(98)	(199)	(83)	(226)
Despesas de Depreciação	(1.826)	(3.445)	(1.673)	(2.583)
Outras Despesas Administrativas	(871)	(1.694)	(1.248)	(2.026)
Emolumentos judiciais e cartorários	(26)	(50)	(18)	(26)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(303)	(715)	(378)	(807)
TOTAL	(20.868)	(42.261)	(24.258)	(46.189)

29. Outras receitas operacionais				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	962	1.246	38	139
Dividendos	-	615	-	1.101
Distribuição de sobras da central	-	300	-	416
Atualização depósitos judiciais	51	139	136	257
Rendas de repasses Del Credere	50	71	-	-
Outras rendas operacionais	287	1.075	126	696
Rendas oriundas de cartões de crédito	4.556	9.847	5.135	9.917
TOTAL	5.906	13.293	5.435	12.526

30. Outras despesas operacionais				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos				
Concedidos em Renegociações	(20)	(50)	(1)	(48)
Outras Despesas Operacionais	(2.969)	(5.739)	(2.986)	(5.976)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1)	(7)	(29)	(66)
Cancelamento - tarifas pendentes	(512)	(987)	(490)	(922)
TOTAL	(3.502)	(6.783)	(3.506)	(7.012)

31. Resultado não operacional				
Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	19	34	6	37
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(38)	(38)	-	-
(-) Perdas de Capital	(49)	(52)	(6)	(27)
Resultado Líquido	(68)	(56)	-	10

32. Partes Relacionadas
As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.798	0,08%	10
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	9.778	0,44%	0
TOTAL	11.575	0,52%	10
Montante das Operações Passivas	199.110	7,76%	

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICOM em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1	0	0,01%
Conta Garantida	32	1	0,20%
Empréstimos	12.732	64	0,75%
Financiamentos	63	1	0,10%
Direitos Creditórios Descontados	11	0	0,13%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	4.806	0,78%	0%
Depósitos a Prazo	78.856	3,32%	0,17%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.493	2,08%	0,16%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1.006	0,84%	0,14%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,55%
Empréstimos	0,59%
Financiamentos Rurais - repasses	1,07%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,42%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,47%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,29%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,65%
Titulos Descontados e Cheques Descontados	0,00%
Aplicações Financeiras	7,76%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	16
Empréstimos	45.057
Financiamentos	701

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
484	670

f) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (em Milhares de Reais)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (em Milhares de reais)	
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários	(841)	(1.681)	(850)	(1.690)
Plano de Saúde	(23)	(48)	(20)	(40)

33. Cooperativa Central
O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. - SICOOB CREDICOM, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRED EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREME - SICOOB CENTRAL CECREME, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.
O SICOOB CENTRAL CECREME, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREME a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.
O SICOOB CREDICOM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREME perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.
Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREME:

Descrição	31/12/2020
Centralização financeira - Cooperativas	1.549.640
Participação em Cooperativa Central de Crédito	45.500

34. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.
A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.
A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

34.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela do risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

34.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).
O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

34.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

34.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

34.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

35. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
PR – Patrimônio de Referência	475.704	420.230
PR Mínimo Exigido	234.757	196.087
Margem PR Mínimo	240.947	224.143

37 – Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	21	-	-	-
Trabalhistas	417	56	399	55
Fiscais	13.131	13.131	12.762	12.762
Outros	258	258	254	254
TOTAL	13.826	13.445	13.415	13.071

a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou no Passivo as correspondentes obrigações anteriores a dezembro/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica "Depósitos em Garantia" no Ativo.

b) Segundo a assessoria jurídica, o SICOOB CREDICOM possui 24 (vinte e quatro) processos classificados como "perda possível", cujo montante do valor da causa é de R\$ 683 mil.

38. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). O plano é administrado pela Unimed Seguradora S/A e as contribuições da cooperativa são equivalentes a, no mínimo, 1% (um por cento) do salário dos funcionários. Os desembolsos da cooperativa com contribuições efetuadas no ano de 2020 totalizaram R\$ 499 mil.

Belo Horizonte - MG, 23 de março de 2021.

Dr. Garibaldi Mortzo Júnior - Presidente do Conselho de Administração
Dr. João Augusto Oliveira Fernandes - Vice-presidente do Conselho de Administração
Dra. Cátia Costa Carvalho Rabelo - Diretora Administrativa
Dr. Josemar de Almeida Moura - Diretor Comercial
Dr. Reginaldo Teófilos Ferreira de Araújo - Diretor Financeiro
Dr. Paulo César Gomes Guerra - Diretor de Expansão

Denilson da Costa Porto
Contador – CRCMG nº 66.917 - CPF: 028.463.956-75

de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.